LEI Nº 1.173/2007

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CEDER ESTAGIÁRIOS AO FÓRUM LOCAL, NOS MOLDES DA LEI MUNICIPAL Nº 1.160/2007, OU PELA FORMA ESTATUÍDA PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.063/2.004, PELO CONVÊNIO FIRMADO NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.042/2004, OU OUTRO A SER CELEBRADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE, Prefeito Municipal de Serrana, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a ceder estagiários ao Fórum local, nos moldes da Lei Municipal nº 1.160/2007, ou pela forma estatuída pela Lei nº 1.063/2.004, pelo convênio firmado nos termos da Lei nº 1.042/2004, ou outro a ser celebrado.

Art. 2º. O estágio que vier ser realizado nos termos desta lei poderá ser remunerado, conforme valores praticados no mercado de trabalho regional, cujo ônus também será arcado pelo Executivo, com fixação e regulamentação por Ato do Prefeito.

Art. 3º. Fica o Executivo autorizado a celebrar convênio com o Tribunal de Justiça do Estado, ou aditar o celebrado nos moldes da Lei Municipal nº 1.042/2004, conforme deliberação de necessidade por parte do Presidente do E. Tribunal especificado.

Art. 4º. A cessão de estagiários regularmente cadastrados para convênio firmado entre a Municipalidade e o Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, nos termos da Lei Municipal nº 1.160/2007, será precedida de solicitação quantitativa e temporal por parte de Juiz titular do Foro desta cidade e comarca de Serrana.

§ 1º. Após a análise orçamentária, em especial no que diz respeito às imposições e restrições da Lei Complementar Federal nº 101/00, o Diretor do Departamento de Administração, em caso de viabilidade, notificará o Centro de Integração conveniado para que encaminhe os inscritos à seleção do Juiz solicitante, a qual se dará, preferencialmente, por estudantes residentes no município de Serrana.

§ 2º. As taxas de administração do convênio, praticadas nos moldes da legislação federal pelo Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, serão arcadas pelo Executivo Municipal.

§ 3º. Em ocorrendo a rescisão ou não renovação do convênio firmado entre o Executivo e o CIEE, a escolha dos estudantes poderá se dar por processo seletivo simplificado, nos moldes e sob as condições estabelecidas na Lei Municipal nº 1.063/2004, a ser realizado pelo Fórum local, observado o prévio procedimento requisitório e de avaliação orçamentária, estabelecido no *caput* c.c. a primeira parte do parágrafo 1º do presente artigo.

Art. 5º. Fica aditada a Lei nº 1.138/2006, para fazer constar as ações e objetivos da presente lei.

Art. 6º. As despesas com a execução do objeto da presente para o exercício de 2007 serão suportadas com cancelamento parcial de dotações previstas, nos moldes da Lei Federal nº 4.320, devendo, para os exercícios vindouros, ter previsão em Lei de Diretrizes e dotação própria em Lei Orçamentária.

Parágrafo Único. As suplementações que por ventura ocorram nos moldes do presente artigo não onerarão o limite máximo vigente.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL ESTRELA D'ALVA
04 de maio de 2007.

VALERIO ANTONIO GALANTE
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NA SECRETARIA GERAL DA PREFEITURA
NA DATA SUPRA NO LOCAL DE COSTUME.

JOÃO MARCEL DIAS MUSSI
Diretor Geral da Assessoria de Negócios
Jurídicos e Secretaria Geral